

Ao analisar com o espírito desarmado e coberto com o manto garantista, mesmo que superficialmente, as provas pré-constituídas, é possível observar que o acusado, no exercício da legítima defesa, usou os meios moderados e disponíveis para se desvencilhar da suposta vítima, com o fito de impedir que a mesma continuasse a agredir a sua honra e, em um segundo momento, para fazê-la parar de morder o seu dedo polegar.

O *animus defendendi* (elemento subjetivo) necessário para a configuração da legítima defesa também está plenamente satisfeito, uma vez que todos os atos praticados por [REDACTED] foram no sentido da autodefesa de agressão injusta, fato este insofismável.

Por essas razões é que se diz que [REDACTED] agiu, sim, em legítima defesa.

## **5.2 AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA: EXCLUDENTE DE CULPABILIDADE.**

### **5.2.1 Inexigibilidade de conduta diversa.**

Embora a matéria de fundo tenha sido devidamente exposta, é imperioso discorrer, mesmo de forma sucinta, sobre o terceiro substrato do crime, segundo a teoria tripartite, qual seja, a *culpabilidade*.

Excelência, a Lei Maria da Penha em seu art. 1º é clara ao estatuir que “cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal”.

A Lei em comento é um instrumento de defesa de “toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião”.

